

Natália Lampert Batista  
Tascieli Feltrin  
Maurício Rizzatti  
(Organizadores)

# Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3



**Natália Lampert Batista**  
**Tascieli Feltrin**  
**Maurício Rizzatti**  
(Organizadores)

# **Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
F723	Formação, prática e pesquisa em educação 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Maurício Rizzatti. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação, Prática e Pesquisa em Educação; v. 3)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-592-1 DOI 10.22533/at.ed.921190309  1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. II. Feltrin, Tascieli. III. Rizzatti, Maurício. IV. Série.  CDD 370.71
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A obra **Formação, Prática e Pesquisa em Educação** apresenta um apanhado da produção à nível superior da área da Educação no Brasil, contemplando as três esferas: a formativa através de relatos que percorrem os processos formativos, relacionada ao ensino e às teorias da aprendizagem; a prática com destaque para as iniciativas extensionista e de inserção escolar e por último, mas não menos importante, a da pesquisa apresentando as temáticas que têm movimentado a produção científica e intelectual do ensino superior brasileiro na área educacional. A qual apresento brevemente a seguir.

O capítulo “A Alfabetização de Crianças Autistas” de autoria de Fabiana Boff Grenzel apresenta uma reflexão acerca de crianças autistas na alfabetização, enfatizando a necessidade de se criar estratégias para facilitar a aprendizagem destes educandos. “A Construção da Escrita Pré-Silábica e suas Implicações na Perspectiva da Psicogênese da Língua Escrita: Um Breve Estudo de Caso”, das autoras Telma Maria de Freitas Araújo, Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte e Maria Estela Costa Holanda Campelo apresenta, segundo as autoras, uma *Sondagem de Escritas*, através da qual é realizada uma análise da produção escrita de uma criança, a partir da teoria da psicogênese da língua escrita.

“A Evasão como Subsídio para a Avaliação Institucional: Um Estudo de Caso com Cursos de Engenharia em uma Universidade Pública”, de Joice Pereira da Silva Carvalho, Simone Portella Teixeira de Mello e Daniela Vieira Amaral concentra seu olhar na evasão escolar no ensino superior enquanto fenômeno capaz de subsidiar uma avaliação institucional. Marcos Gonzaga e Regina Magna Bonifácio de Araújo, por sua vez, apresentam uma síntese das características fundamentais da pesquisa qualitativa, com destaque para a História Oral no capítulo “A História Oral na Produção Acadêmica: Três Leituras Metodológicas”

Em “A Motivação no Processo de Ensino/Aprendizagem de Francês no Curso de Secretariado Executivo da UEM: Entendimento e Desafios”, Edson José Gomes intenciona identificar quais são os principais entraves a um desempenho satisfatório no processo de ensino/aprendizagem do francês como língua estrangeira no curso de SET. As autoras Rayuska Dayelly de Andrade e Sueldes de Araújo discutem a concepção de escola inclusiva em uma análise do município de Angicos no Rio Grande do Norte para o atendimento de uma aluna surda em “A Percepção de Professore(a)s sobre a Prática Pedagógica no Contexto Inclusivo.

Já Andressa Grazielle Brandt, **Nadja Regina Sousa Magalhães**, Aline Aparecida Cezar Costa e Luciana Gelsleuchter Lohn apresentam algumas reflexões sobre o campo da etnografia a partir de um estudo sobre a pesquisa etnográfica com crianças, em seu capítulo “Pesquisa Etnográfica com Crianças Pequenas: Aproximações Teórico-Metodológicas.

No capítulo “A Qualidade no Ensino à Distância: o Novo Aluno e o Novo Professor”

Jéssica Reis Silvano Barbosa e Gislaine Reis elaboram uma reflexão sobre a expansão do ensino à distância e analisam as mudanças advindas dessa expansão para o ramo da educação virtual. Já os autores Karla dos Santos Guterres Alves e Antônio Luiz Santana objetivam compreender a relação entre a Grounded Theory e o processo de reflexividade que envolve a pesquisa científica em seu capítulo “A Reflexividade na Grounded Theory”. Na sequência, Raimundo Ribeiro Passos, Afrânio Ferreira Neves Junior, Paulo Rogério da Costa Couceiro, Genoveva Chagas de Azevedo, Maria Marly de Oliveira Coêlho e Valdete da Luz Carneiro através de “Análise do Instrumento de Autoavaliação Institucional Utilizado na UFAM nos Anos de 2014 e 2015” realizam uma análise dos instrumentos utilizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Amazonas, e a verificação de sua evolução no processo avaliativo interno de 2014 e 2015.

Na perspectiva dos planejamento de sistemas universitários estaduais brasileiros, Nelson De Abreu Júnior Apresenta “Aspectos Socioeconômicos na Espacialização da Universidade Estadual de Goiás”, capítulo no qual se encontra uma pesquisa documental combinada com a análise de dados estatísticos acerca da educação superior pública estadual em Goiás. Tendo por objetivo apresentar e discutir a temática da avaliação da aprendizagem na área da Educação Física escolar, e apontar suas relações com os currículos Alessandra Andrea Monteiro e Vilma Lení Nista-Piccolo são as autoras de: “Avaliação da Aprendizagem na Educação Física Escolar na Rede Municipal de São Paulo e Paulo Freire: Aproximações e Distanciamentos”. Nesse sentido também, Andreia Gasparino Fernandes avalia através de uma revisão temática a problemática da garantia de vagas em creches públicas municipais do município de São José do Rio Preto frente à legislação educacional vigente em “Avaliação da Política de Oferta de Vagas em Creches na Rede Pública Municipal de Ensino de São José do Rio Preto”.

Sob a ótica da organização das diretrizes operacionais de ensino Alderita Almeida de Castro e Sueli Aparecida de Souza refletem sobre a implementação da avaliação das aprendizagens enquanto impulsionadora do processo do conhecimento na educação básica do Estado de Goiás, entre os anos de 2009 e 2014 no capítulo “Avaliação das Aprendizagens: a Significativa Ascensão do IDEB nas escolas do Estado de Goiás do ano de 2009 a 2014”. Tendo em vista a Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) Glauco da Silva Aguiar e Ligia Gomes Elliot exploram o conceito de Oportunidade de Aprendizagem trazido pelo PISA 2012, analisando o desempenho do Brasil e de mais 11 países em “Avaliação em Matemática: Uso dos Resultados do Pisa 2012”.

No capítulo “Avaliação: Concepções e Implicações na Educação Infantil” Natascha Carolina de Oliveira Gervázi, Marcos Vinícius Meneguel Donati e José Roberto Boettger Giardinetto desenvolvem uma reflexão sobre a avaliação na Educação Infantil, através da análise e orientação a correta utilização da ferramenta portfólio. Ainda na perspectiva avaliativa Rosemary Farias Rufino, Santana Elvira Amaral da

Rocha e **Núbia do Socorro Pinto Breves** apresentam o capítulo “Avaliações em Larga Escala: Contribuições da ADE para Atingir a Meta da Proficiência no SAEB/INEP em Escolas Públicas Municipais de Manaus” no qual retratam a percepção dos estudantes em relação às contribuições das avaliações em larga escala no processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas de ensino fundamental do município de Manaus.

Na sequência Andrialex William da Silva, Tarcileide Maria Costa Bezerra, Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro e Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro exibem “Concepções de Professores sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: uma Visão Romântica ou Direito à Educação?” No qual discutem as concepções dos profissionais do sistema educacional do município Jardim de Angicos (RN) sobre a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Ainda na perspectiva inclusiva, o capítulo “Criatividade e Altas Habilidades/Superdotação” de Guacira Quirino Miranda, Arlete Aparecida Bertoldo e Priscila Miranda Chaves apresenta uma revisão bibliográfica sobre a relação da criatividade com as altas habilidades/superdotação. Em “Desenhos e Desenhos: Conselhos Municipais de Educação” Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias e Rosimar de Fátima Oliveira analisam os elementos comuns do desenho institucional dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) no Brasil, como um dos fatores capazes de potencializar os esperados resultados democráticos dessas instâncias colegiadas.

A seguir Gildene do Ouro Lopes Silva, Amanda Lázari e Amanda Calefi Felex embasadas pelo modelo Oakland, Glutting E Horton realizaram a identificação dos estilos de aprendizagem em escolares do quarto ano do ensino fundamental no capítulo intitulado “Estilos de Aprendizagem no Modelo de Oakland, Glutting e Horton em Escolares do Ensino Fundamental I”. Já em “Financiamento da Educação: uma Análise a partir do Gasto Aluno-Ano nos Municípios do Paraná” Jokasta Pires Vieira Ferraz, Andrea Polena e Simony Rafaeli Quirino verificam o perfil de gasto aluno-ano dos municípios do Paraná, em 2014, em relação ao porte dos municípios. Em “Ideias Higienistas na Revista *Pedagogium* (1922-1923)” Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes, Arthur Beserra de Melo e Marlúcia Menezes de Paiva analisam a ocorrência de ideias higienistas na revista *Pedagogium*, durante os anos de 1922 e 1923.

Laura Renata Dourado Pereira em “O Ensino da Arte e a Interdisciplinaridade: Novos Modos de Pensar sobre a Produção do Conhecimento” propõe uma reflexão sobre a interdisciplinaridade como um possível caminho para superar a fragmentação do conhecimento existente. Na sequência, “O Professor como Mediador nas Habilidades de Leitura” de Clarice de Matos Oliveira e Thenner Freitas da Cunha analisa como o professor de Língua Portuguesa pode ser um facilitador no desenvolvimento das habilidades de leitura aferidas nas avaliações educacionais em larga escala. Na perspectiva do Projeto de Lei 7.180/14, Ana Carolina Fleury e Ivo Monteiro de Queiroz apresentam “O Projeto Escola Sem Partido e a Construção

de uma Educação Burguesa no Século XXI” a fim de compreender os conceitos e detectar a existência de uma relação entre a proposta, os fundamentos da educação e a perspectiva marxista. Em “Observatório Eçaí: a Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente e outros Direitos Humanos na Fronteira Brasil-Bolívia” Cláudia Araújo de Lima sistematiza uma observação das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência bem como investiga os fenômenos de violações de direitos de crianças e adolescentes na região da fronteira.

No capítulo “Os Desafios e as Demandas Socioculturais Brasileiras Frente à Inclusão Escolar” de Evaldo Batista Mariano Júnior, Maria Aparecida Augusto Satto Vilela e Valeska Guimarães Rezende da Cunha os autores retomam a temática das políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão escolar com o intuito de fornecer subsídios a profissionais que atendam alunos portadores de necessidades especiais. Marcelo da Silva Machado em “Pacto Federativo na Educação e a Participação da União no Financiamento da Educação em Municípios da Região Metropolitana do Rio De Janeiro” realiza uma investigação sobre o pacto federativo e sua repercussão, entre os anos de 2008 e 2018, sobre o aumento das responsabilidades dos municípios na oferta de matrículas e, também de financiamento da educação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

“Pedagogia Waldorf e Salutogênese: razões e caminhos no/do cotidiano escolar” de Elaine Marasca Garcia da Costa, Vilma Lení Nista-Piccolo reflete sobre a possibilidade de a área da Saúde ser edificada junto à Educação através da convergência de dois conceitos: a Salutogênese e o método pedagógico Waldorf. Na perspectiva de estabelecer um perfil do uso e descarte de óleo vegetal utilizado para o preparo de alimentos em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica de Tubarão Douglas Bardini Silveira, Eduardo Aquini e Isonel Maria Comelli Pave desenvolvem “Perfil de Descarte de Óleo de Cozinha em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica Situadas no Município de Tubarão, SC”. A fim de discutir a relação dos temas desenvolvidos na disciplina Filosofia das Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, e suas possíveis aproximações e com a pesquisa sobre objetos de estudo associados ao higienismo dentro do campo da História da Educação, Arthur Beserra de Melo, Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes e Marlúcia Menezes de Paiva fundamentam o capítulo “Relações entre Temas da Disciplina Filosofia das Ciências e a Pesquisa sobre Higienismo no Campo da História da Educação”.

No capítulo “Representações Sociais das Práticas dos Professores de Educação Física acerca da Educação Física Escolar”, Bruno Viviani dos Santos, Sabrina Araujo de Almeida e Pedro Humberto Faria Campos analisam a representação social da prática pedagógica de 103 professores de Educação Física do ensino fundamental. Em “Sistema de Avaliação Escolar”, Katia Verginia Pansani traz um Relato de Experiência sobre os resultados positivos do Sistema de Avaliação Escolar – SAEsc no Colégio Progresso Campineiro. Para proporcionar uma compreensão sobre as

políticas públicas de financiamento, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Jhonathan Martins da Costa, Carlos José de Farias Pontes e Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade publicam “Um Olhar Inicial a Respeito das Políticas Públicas de Financiamento no Brasil: Compreendendo o FUNDEB”. Laís Takaesu Ernandi, Willian Pereira da Silva, Suédina Brizola Rafael Rogato no capítulo “Uso do Medicamento na Infância: Reflexões sobre a Atuação Docente no Processo da Medicalização do Ensino” buscaram discutir o processo de medicalização na infância e a necessidade de problematização dessa questão.

Os textos, relatos de prática e conclusões de pesquisas tangentes às questões educacionais que compõem esse terceiro volume da obra Formação, Prática e Pesquisa em Educação portanto operam em favor de qualificar a produção do ensino superior brasileiro e subsidiar novas pesquisas, constituindo-se assim em importante devolutiva à sociedade dos investimentos feitos com a formação de profissionais da educação e pesquisadores.

Tascieli Feltrin

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS	
<i>Fabiana Boff Grenzel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9211903091</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA PRÉ-SILÁBICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA PERSPECTIVA DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA: UM BREVE ESTUDO DE CASO	
<i>Telma Maria de Freitas Araújo</i>	
<i>Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte</i>	
<i>Maria Estela Costa Holanda Campelo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9211903092</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
A EVASÃO COMO SUBSÍDIO PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO COM CURSOS DE ENGENHARIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	
<i>Joice Pereira da Silva Carvalho</i>	
<i>Simone Portella Teixeira de Mello</i>	
<i>Daniela Vieira Amaral</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9211903093</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
A HISTÓRIA ORAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: TRÊS LEITURAS METODOLÓGICAS	
<i>Marcos Gonzaga</i>	
<i>Regina Magna Bonifácio de Araújo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9211903094</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>42</b>
A MOTIVAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE FRANCÊS NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEM: ENTENDIMENTO E DESAFIOS	
<i>Edson José Gomes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9211903095</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>54</b>
A PERCEPÇÃO DE PROFESSOR(A)S SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO INCLUSIVO	
<i>Rayuska Dayelly de Andrade</i>	
<i>Sueldes de Araújo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9211903096</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>62</b>
A PESQUISA ETNOGRÁFICA COM CRIANÇAS PEQUENAS: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	
<i>Andressa Grazielle Brandt</i>	
<i>Nadja Regina Sousa Magalhães</i>	
<i>Aline Aparecida Cezar Costa</i>	

**CAPÍTULO 8 ..... 72**

**A QUALIDADE NO ENSINO À DISTÂNCIA: O NOVO ALUNO E O NOVO PROFESSOR**

*Jéssica Reis Silvano Barbosa*

*Gislaine Reis*

**DOI 10.22533/at.ed.9211903098**

**CAPÍTULO 9 ..... 80**

**A REFLEXIVIDADE NA GROUNDED THEORY**

*Karla dos Santos Guterres Alves*

*Antônio Luiz Santana*

**DOI 10.22533/at.ed.9211903099**

**CAPÍTULO 10 ..... 88**

**ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UTILIZADO NA UFAM NOS ANOS DE 2014 E 2015**

*Raimundo Ribeiro Passos*

*Afrânio Ferreira Neves Junior*

*Paulo Rogério da Costa Couceiro*

*Genoveva Chagas de Azevedo*

*Maria Marly de Oliveira Coêlho*

*Valdete da Luz Carneiro*

**DOI 10.22533/at.ed.92119030910**

**CAPÍTULO 11 ..... 100**

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NA ESPACIALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

*Nelson de Abreu Júnior*

**DOI 10.22533/at.ed.92119030911**

**CAPÍTULO 12 ..... 109**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO E PAULO FREIRE: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS**

*Alessandra Andrea Monteiro*

*Vilma Lení Nista-Piccolo*

**DOI 10.22533/at.ed.92119030912**

**CAPÍTULO 13 ..... 119**

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE OFERTA DE VAGAS EM CRECHES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**

*Andreia Gasparino Fernandes*

**DOI 10.22533/at.ed.92119030913**

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>130</b>
AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS: A SIGNIFICATIVA ASCENSÃO DO IDEB NAS ESCOLAS DO ESTADO DE GOIÁS DO ANO DE 2009 A 2014	
<i>Alderita Almeida de Castro</i>	
<i>Sueli Aparecida de Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030914</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>141</b>
AVALIAÇÃO EM MATEMÁTICA: USO DOS RESULTADOS DO PISA 2012	
<i>Glauco da Silva Aguiar</i>	
<i>Ligía Gomes Elliot</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030915</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>154</b>
AVALIAÇÃO: CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Natascha Carolina de Oliveira Gervázi</i>	
<i>Marcos Vinícius Meneguel Donati</i>	
<i>José Roberto Boettger Giardinetto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030916</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>162</b>
AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: CONTRIBUIÇÕES DA ADE PARA ATINGIR A META DA PROFICIÊNCIA NO SAEB/INEP EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE MANAUS	
<i>Rosemary Farias Rufino</i>	
<i>Santana Elvira Amaral da Rocha</i>	
<i>Núbia do Socorro Pinto Breves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030917</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>174</b>
CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA VISÃO ROMÂNTICA OU DIREITO À EDUCAÇÃO?	
<i>Andrialex William da Silva</i>	
<i>Tarcileide Maria Costa Bezerra</i>	
<i>Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro</i>	
<i>Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030918</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>183</b>
CRIATIVIDADE E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	
<i>Guacira Quirino Miranda</i>	
<i>Arlete Aparecida Bertoldo</i>	
<i>Priscila Miranda Chaves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030919</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>191</b>
DESENHOS E DESENHOS: CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias</i>	
<i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	

DOI 10.22533/at.ed.92119030920

**CAPÍTULO 21 ..... 203**

ESTILOS DE APRENDIZAGEM NO MODELO DE OAKLAND, GLUTTING E HORTON EM ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL I

*Gildene do Ouro Lopes Silva*

*Amanda Lázari*

*Amanda Calefi Felex*

DOI 10.22533/at.ed.92119030921

**CAPÍTULO 22 ..... 211**

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GASTO ALUNO-ANO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

*Jokasta Pires Vieira Ferraz*

*Andrea Polena*

*Simony Rafaeli Quirino*

DOI 10.22533/at.ed.92119030922

**CAPÍTULO 23 ..... 224**

IDEIAS HIGIENISTAS NA REVISTA PEDAGOGIUM (1922-1923)

*Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes*

*Arthur Beserra de Melo*

*Marlúcia Menezes de Paiva*

DOI 10.22533/at.ed.92119030923

**CAPÍTULO 24 ..... 232**

O ENSINO DA ARTE E A INTERDISCIPLINARIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

*Laura Renata Dourado Pereira*

DOI 10.22533/at.ed.92119030924

**CAPÍTULO 25 ..... 241**

O PROFESSOR COMO MEDIADOR NAS HABILIDADES DE LEITURA

*Clarice de Matos Oliveira*

*Thenner Freitas da Cunha*

DOI 10.22533/at.ed.92119030925

**CAPÍTULO 26 ..... 250**

O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO BURGUESA NO SÉCULO XXI

*Ana Carolina Fleury*

*Ivo Monteiro de Queiroz*

DOI 10.22533/at.ed.92119030926

**CAPÍTULO 27 ..... 262**

OBSERVATÓRIO EÇAÍ: A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OUTROS DIREITOS HUMANOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

*Cláudia Araújo de Lima*

DOI 10.22533/at.ed.92119030927

**CAPÍTULO 28 ..... 271**

OS DESAFIOS E AS DEMANDAS SOCIOCULTURAIS BRASILEIRAS FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

*Evaldo Batista Mariano Júnior*

*Maria Aparecida Augusto Satto Vilela*

*Valeska Guimarães Rezende da Cunha*

DOI 10.22533/at.ed.92119030928

**CAPÍTULO 29 ..... 283**

PACTO FEDERATIVO NA EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

*Marcelo da Silva Machado*

DOI 10.22533/at.ed.92119030929

**CAPÍTULO 30 ..... 309**

PEDAGOGIA WALDORF E SALUTOGÊNESE: RAZÕES E CAMINHOS NO/DO COTIDIANO ESCOLAR

*Elaine Marasca Garcia da Costa*

*Vilma Lení Nista-Piccolo*

DOI 10.22533/at.ed.92119030930

**CAPÍTULO 31 ..... 323**

PERFIL DE DESCARTE DE ÓLEO DE COZINHA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA SITUADAS NO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC

*Douglas Bardini Silveira*

*Eduardo Aquini*

*Isonel Maria Comelli Pavei*

DOI 10.22533/at.ed.92119030931

**CAPÍTULO 32 ..... 331**

RELAÇÕES ENTRE TEMAS DA DISCIPLINA FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS E A PESQUISA SOBRE HIGIENISMO NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

*Arthur Beserra de Melo*

*Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes*

*Marlúcia Menezes de Paiva*

DOI 10.22533/at.ed.92119030932

**CAPÍTULO 33 ..... 342**

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

*Bruno Viviani dos Santos*

*Sabrina Araujo de Almeida*

*Pedro Humberto Faria Campos*

DOI 10.22533/at.ed.92119030933

<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>355</b>
SISTEMA DE AVALIAÇÃO ESCOLAR	
<i>Katia Verginia Pansani</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030934</b>	
<b>CAPÍTULO 35</b> .....	<b>363</b>
UM OLHAR INICIAL A RESPEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO NO BRASIL: COMPREENDENDO O FUNDEB	
<i>Jhonathan Martins da Costa</i>	
<i>Carlos José de Farias Pontes</i>	
<i>Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030935</b>	
<b>CAPÍTULO 36</b> .....	<b>372</b>
USO DO MEDICAMENTO NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DA MEDICALIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Laís Takaesu Ernandi</i>	
<i>Willian Pereira da Silva</i>	
<i>Suédina Brizola Rafael Rogato</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030936</b>	
<b>CAPÍTULO 37</b> .....	<b>383</b>
PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO FORMATIVA NO COTIDIANO DAS SESSÕES TÓRICIAS	
<i>Débora Cabral Nunes Polaz</i>	
<i>Raquel Aparecida de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030937</b>	
<b>CAPÍTULO 38</b> .....	<b>390</b>
EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MATO GROSSO DO SUL: INDICADORES DE MATRÍCULAS (2007-2016)	
<i>Wania Regina Aranda da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92119030938</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>416</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>417</b>

## ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NA ESPACIALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

**Nelson de Abreu Júnior**

### INTRODUÇÃO (PROBLEMA E OBJETIVOS)

O presente estudo se insere na temática do planejamento de sistemas universitários estaduais brasileiros, tendo referente o caso da Universidade Estadual de Goiás. Trata-se de uma pesquisa documental combinada com a análise de dados estatísticos acerca da educação superior pública estadual em Goiás. Analisará a UEG e sua importância enquanto política de expansão e interiorização da educação superior e sua espacialização no estado de Goiás.

A interiorização da educação superior pode ser considerada uma espécie de ação afirmativa de universalização da matrícula e redução das diferenças entre regiões, na medida em que o fenômeno do adensamento populacional em torno dos centros urbanos vem se agravando, trazendo consigo diversos problemas sociais derivados, tais como violência, caos no transporte, impossibilidade de políticas habitacionais eficazes, distribuição de água e esgoto, entre outras, e o incremento da demanda pelos diversos níveis de educação, entre elas a de nível superior.

Nesse modelo, não se tratasse a interiorização de uma política afirmativa, a educação superior seria natural e preferencialmente ofertada nos maiores centros urbanos, considerando que a maioria dos professores e alunos habita esses grandes centros.

Há, todavia, uma armadilha conceitual em se considerar o interior como um *locus* homogêneo e os municípios que o compõem como detentores de características similares. O interior, nesse sentido, é tão somente o antônimo de capital, ainda que o conceito de capital também guarde algumas ambiguidades, entre elas os conceitos de região metropolitana, de área de influência, de zona urbana alargada, de cidade e de município, de populações pendulares, para citar apenas os mais difundidos.

Raffestin (1986), ao analisar a geografia do poder, estabelece como um dos hábitos da geografia política a definição da capital em relação ao Estado e, ao estabelecê-la, utiliza critérios sociopolíticos, o que “significaria passar por cima do mecanismo existente de nodosidade *versus* centralidade *versus* marginalidade” (p.194). A nodosidade/centralidade/marginalidade pode ser política, econômica e/ou cultural.

A nodosidade, segundo o autor, reúne atores paradigmáticos que fundarão, se possível, uma centralidade, que por sua vez estabelecerá uma marginalidade *ipso facto*. A marginalidade excessiva pode produzir desequilíbrios, inclusive nas capitais, devendo ser evitada, recomenda o autor. O seu excesso colocaria em risco o acirramento das disparidades regionais e ameaçaria a unidade do Estado.

O interior possui municípios de diferentes localizações e adensamentos urbanos, integram áreas de influências socioeconômicas diversas – inclusive com a capital –, possuem riquezas naturais distintas, capacidades econômicas instaladas e potenciais singulares, contam com diferentes tipos de aparelhos e desertos estatais nas localidades, cultura, infraestrutura e perfil econômico peculiar.

A interiorização da educação superior manifesta-se em diferentes intensidades, instituições e tempos históricos. Pode dar-se na forma de ações extensionistas temporárias de formação inicial e/ou continuada, cursos efêmeros de graduação, estabelecimentos isolados de ensino ou centros avançados, colaboração técnica em arranjos produtivos, consultorias aos municípios ou criação de universidades propriamente ditas. Algumas dessas ações podem ser transformadas em outras, a exemplo dos centros avançados que se consolidam em faculdades, faculdades que se rearranjam para formar unidades universitárias etc.

O estado de Goiás instituiu, em 1961, o seu primeiro curso superior público estadual e, em 1962, o segundo, portanto tardiamente, se comparados com outras Unidades da Federação, e ainda esperou por mais 23 anos para ampliar sua rede para 14 faculdades isoladas, que, quando da criação da UEG somavam 28 autorizadas, depois foram somadas outras 14, que perfizeram os 42 campi atuais.

O estado de Goiás é uma das Unidades da Federação brasileira, ou, como também é chamado, um dos 26 estados<sup>1</sup> brasileiros. Situado na região Centro-Oeste do país, ocupa uma área de 340.110 km<sup>2</sup> e uma densidade populacional de 19,44 hab./km<sup>2</sup>. Engloba 246 municípios e totaliza uma população de 6,611 milhões de habitantes. Seu PIB, em valores correntes de 2015, alcançaram 166 bilhões.

Esse perfil demográfico nos dá uma noção do contraste entre capital e interior e o do imenso vazio econômico e estatal em grande parte dos municípios, refletindo-se nos mais diversos indicadores econômicos, em especial, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e o índice de concentração de renda.

Dos 246 municípios goianos, apenas 10% deles produzem 60% de todo o PIB da Unidade da Federação. O município de Goiânia produz cerca de 27% do PIB, a Região Metropolitana de Goiânia 36,8%. Cerca de 20% dos municípios respondem, quando somados, a 1% da economia goiana. O índice de Pobreza Humana em Goiás alcança 14% da população.

---

1 Em alguns países o termo utilizado para se referir às Unidades Administrativas que compõem a União é província.

Em 2015, Goiás apresentava cerca de 250 mil estudantes matriculados em educação superior, dos quais 188 mil, ou seja, 75% deles na rede privada (INEP, 2015b). Na educação superior pública, havia cerca de 61 mil matriculados, dos quais 31 mil pertenciam à rede federal e 16,5 mil à estadual. O número de 12 mil matriculados nas faculdades municipais precisa ser apresentado com o destaque de que, apesar de públicas, cobram mensalidades.

A rede atual de instituições públicas de educação superior existente no estado de Goiás é composta pelas: Universidade Federal de Goiás (UFG), com 4 regionais em diferentes cidades, Universidade Estadual de Goiás (UEG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), com 14 campus, e mais 4 instituições municipais, distribuídas em várias regiões do estado, além das instituições inteiramente privadas de ensino superior, com 76 estabelecimentos. A rede de educação superior goiana realizou 252.397 matrículas e o número de concluintes foi de 34.125, ou seja, pouco mais de 13%. (IMB, 2017).

Um aspecto que permite reflexões sobre a interiorização e a densidade populacional nos municípios em que a UEG se instalou é de que apenas 11 campi, do total de 42, estão localizados em municípios com mais de 100 mil habitantes. 6 campi estão localizados em municípios com menos de 20 mil habitantes. Nos municípios com 30 mil habitantes ou menos, a UEG se faz presente em 15 deles.

A UEG, em 2015, se fazia presente em 39 municípios com 42 campi, além de mais dois em fase de instalação. Se utilizarmos como critério a população dos municípios, pode ser observada a presença da Universidade naqueles de maior número de habitantes, com a exceção de nove municípios que, apesar do número de residentes, não tiveram campus instalados em seus domínios. São eles: Rio Verde, Águas Lindas, Valparaíso, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Cristalina e Padre Bernardo. Com exceção de Rio Verde, todas são integrantes da chamada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Entre aquelas que poderiam integrar a lista de municípios com maior densidade populacional, temos: Bela Vista, Nerópolis, Goianira – municípios integrantes da Região Metropolitana de Goiânia –, além de Catalão e Goiatuba, ambas pertencentes à Mesorregião do Sul Goiano.

Também utilizando o critério populacional, não deveriam pertencer ao conjunto de 39 municípios em que a UEG se faz presente os campi: Ipameri, Itapuranga, Goiás, Pirenópolis, São Miguel do Araguaia, Campos Belos, Silvânia, Jussara, Crixás, Edeia e Sanclerlândia. Essas duas últimas cidades possuem menos de 12 e 8 mil habitantes, respectivamente. (IBGE, 2016).

A cidade de Pires do Rio, por exemplo, com seus 5 cursos e menos de 30 mil habitantes, contrasta com o município de Trindade, com quase 120 mil habitantes e

apenas 2 cursos noturnos de formação de tecnólogos

Há que se perguntar quais critérios foram utilizados na escolha das cidades que viriam receber novos campi, para depois perguntar quais os cursos deveriam ser ofertados.

A UEG oferta três modalidades de cursos de graduação, como são chamados nos seus documentos institucionais, ou três diferentes graus acadêmicos: 76 cursos de licenciaturas, 39 bacharelados e 19 tecnológicos.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

Para analisar a pertinência econômica dos cursos oferecidos pela UEG em suas diversas localidades, foi considerado a caracterização econômica dos municípios goianos, pelo Índice de Valor Adicionado (VA) dos setores de atividade de cada município – atividade industrial, agropecuária, administração pública e serviços – e seus respectivos pesos nos VAs específicos no município, bem como no estado.

Romanatto et al. (2015), utilizando os dados do PIB de 2011, propôs, a título de caracterização econômica, o seguinte agrupamento dos municípios goianos: a) Grupo 1, integrado por municípios com forte dependência de recursos da administração pública; b) Grupo 2, integrado por municípios em que a indústria tem relevância; c) Grupo 3, composto por com indústria e serviços de relevância; d) Grupo 4, composto por aqueles municípios com a economia caracterizada pela produção agropecuária.

A maior parte dos municípios goianos tem a sua economia ligada à agropecuária (42,45%) ou dependem dos recursos da administração pública (36,33%). Se somados os municípios, se obtém um total de 78,5% das cidades goianas, sendo que essas representam apenas 30,8% do total do PIB e 46,8% da população estadual.

Esses municípios geralmente são municípios menores em população e dependem de transferências de recursos de outros entes da federação para execução e oferta de serviços públicos, principalmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou seja, não apresentam arrecadação própria significativa.

Mesmo no agrupamento de municípios com forte dependência da Administração Pública, provavelmente pela baixa inserção em outros segmentos econômicos, o número de egressos e o número de cursos oferecidos apresenta elevado grau de dispersão. Em alguns casos, os cursos oferecidos pela UEG apresentam pouca ou nenhuma pertinência com as atividades econômicas do entorno.

O caso de Sanclerlândia é um exemplo em que o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas não evidencia nenhuma pertinência com o seu entorno, tampouco o curso de Administração. O município exibe pouco mais de 300 egressos do Ensino Médio ao ano. A Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás, ao analisar o perfil e potencialidades dos municípios goianos,

indica que a cidade de Sanclerlândia possui atividade econômica ligada à criação de bovinos, vacas leiteiras, produção de leite e mel, arroz, indústria de laticínios, confecção de artigos do vestuário, extração do mineral Vermiculita. A Junta Comercial do Estado de Goiás (Juceg) indica o registro de 169 estabelecimentos entre 2010 a 2015, um número tímido para a oferta de um curso de Administração.

O município de Porangatu, por sua vez, parece justificar seus quatro cursos se considerarmos o número de egressos do Ensino Médio. Sua atividade econômica é ligada à criação de bovinos, vacas leiteiras, produção de mel, melancia, arroz e mandioca, indústria de curtimento e preparação do couro, laticínios, produtos cerâmicos e confecção de artigos do vestuário e acessórios, ecoturismo, turismo rural, esportes náuticos e praia. A Juceg indica a presença de 615 empresas registradas entre 2010 a 2015. Os cursos da UEG lá oferecidos integram de modo tímido a economia local.

O município de Jaraguá, a despeito de apresentar o maior número de egressos desse Grupo 1, oferece apenas três cursos. Como atividade econômica no município, encontram-se a criação de bovinos e suínos, produção de leite, arroz, abacaxi e melancia, confecção de artigos do vestuário e acessórios, ecoturismo, turismo histórico, rural e esportes náuticos. Novamente os cursos de graduação oferecidos parecem pouco ligados às atividades econômicas locais.

O próximo agrupamento de perfil econômico, o Grupo 2, traz em seus extremos o município de Anápolis, sede da UEG, com as atividades econômicas de criação de aves, suínos, produção de ovos, laranja e banana, produção de lenha, fabricação de medicamentos genéricos, produtos alimentícios, bebidas, fertilizantes, insumos para construção civil, metalurgia, confecção de artigos do vestuário e acessórios, construção civil, edição e impressão, produtos de borracha, material plástico, madeira, têxteis, veículos automotores, reboques e carrocerias, produção de água mineral e educação superior privada. A Juceg informa o registro de 6200 empresas na localidade, todavia sua posição geográfica a faz uma importante área de influência no Estado. O número de cursos oferecidos poderia ser ainda maior, dado o número de egressos e o fato de a pertinência dos cursos está estabelecida.

Em contraste, ainda no Grupo 2, tem-se o município de Crixás, com apenas um curso no campus e um número de egressos bastante reduzido. As atividades econômicas gravitam em torno da criação de bovinos, vacas leiteiras, produção de leite e mel, produção de madeira em tora, indústria extrativa mineral com produção de ouro. A Juceg informa o registro de 254 empresas entre 2010 e 2015. Tem-se um curso de Pedagogia lá oferecido, apesar da existência de apenas 15 unidades educacionais do Ensino Fundamental e 12 do nível pré-escolar (IBGE, 2016), ou seja, em pouco tempo haverá uma saturação de empregabilidade desses egressos.

No Grupo 3, que agrega o menor número de municípios que recebeu campus da UEG, o destaque em número de egressos ficou para o município de Aparecida de

Goiânia, integrante da Região Metropolitana e geograficamente soldada à capital do estado. Ainda assim, o município oferece apenas dois cursos de graduação. A referida cidade abriga uma população pendular de pessoas que trabalham em Goiânia e dormem em Aparecida de Goiânia. Como atividade econômica, o IMB (GOIÁS, 2017) indica a presença de indústrias do setor alimentício, artefatos de cimento, metalurgia, medicamentos, indústria de produtos de higiene e beleza, produção de água mineral. Não oferece nenhuma licenciatura, apesar de suas 78 unidades educacionais de nível pré-escolar, 173 escolas de Ensino Fundamental, além de 58 escolas de Ensino Médio. A Juceg acusa o registro de 6912 empresas de 2010 a 2015.

No outro extremo de número de egressos do Grupo 3, encontra-se a cidade de Edéia, com apenas 11 mil habitantes e seus 498 egressos/ano do Ensino Médio. O IMB indica as atividades econômicas ligadas à cana de açúcar, soja e tomate, criação de bovinos, vacas leiteiras, produção de leite e mel, indústria sucroenergética. A Juceg acusa o registro apenas 187 empresas de 2010 a 2015, o que reforça a ideia de curso na área de Agronegócios, sendo questionável a empregabilidade desses egressos a médio prazo.

No Grupo 4, exatamente pelo perfil de baixa empregabilidade da agropecuária, encontramos municípios com um número médio de Egressos do Ensino Médio comparativamente aos Grupos anteriores mais baixos. No Quadro 9, com exceção de Formosa, município próximo e considerada cidade do Entorno de Brasília, cuja atividade econômica indicada pelo IMB são: criação de bovinos, vacas leiteiras, aves, suínos, produção de ovos, leite e mel, banana, coco da baía, produção de madeira em tora, indústria de processamento de grãos, moveleira, extração de argila cerâmica, calcário, produção de água mineral, ecoturismo, turismo histórico, esportes náuticos e sítios arqueológicos. O município também apresenta população pendular e uma rede de escolas com 43 unidades educacionais pré-escolares; 68 do Ensino Fundamental e 19 escolas do Ensino Médio.

A cidade de Jussara tem a menor ocorrência de egressos do Ensino Médio e oferece três cursos de graduação. O IMB indica as atividades econômicas de criação de bovinos, produção de feijão e abacaxi, confecção de artigos do vestuário e acessórios. A Juceg informa o registro de 393 empresas de 2010 a 2015. O IBGE refere uma rede de 8 Unidades Educacionais do nível pré-escolar, 17 escolas do Ensino Fundamental e 5 do nível Médio. É possível que haja uma saturação da empregabilidade desses cursos de licenciaturas no município.

A título de síntese de como se estruturou o Sistema Estadual de Educação Superior em Goiás, há que se considerar as características geográficas e socioeconômicas, mais eminentemente, as que indicam uma Unidade da Federação com baixa densidade populacional em seu interior e densidade elevada na capital e Região Metropolitana, bem como no Entorno de Brasília.

Pouco mais de 60% dos municípios goianos possuem menos de 10 mil habitantes, e 75% do total crescem menos em população do que a média do Estado, o que revela uma tendência de êxodo das cidades menores para aquelas maiores. As cidades maiores, em razão de um movimento de industrialização, também recebem a população de imigrantes de outros Estados da Federação. A interiorização da matrícula em educação superior, associada a outras políticas, pode contribuir para mitigar essa tendência de fuga da população jovem e escolarizada nas cidades menores. Nesse caso, ganha destaque a adoção do formato multicampi, combinado com políticas institucionais que assegurem a qualidade acadêmica das ações desenvolvidas em cada campus, incluindo a relação de pertinência dos campi com o entorno da localidade em que estão inseridas.

## CONCLUSÕES

Os índices de PIB per capita, IDH, Índice de Gini e Índice de Pobreza Humana, Índice de Analfabetismo revelam um déficit do estado de Goiás em relação aos indicadores socioeconômicos brasileiros. Tal condição pode justificar a adoção de estratégias de desenvolvimento socioeconômico que inclua o fomento da educação superior, em que pese o fato de que essa relação guardará sempre uma proximidade que envolve riscos à autonomia e à prática da ciência em seus valores mais elevados.

O presente estudo analisou se a UEG instalou naqueles municípios de maior ou menor expressão em número de habitantes, de maior ou menor PIB e PIB *per capita* ou, ainda, com maior ou menor concentração de renda. Como resultado, não foi possível identificar, entre os critérios para a instalação de campus da UEG, nem o número de habitantes, nem o PIB ou o PIB per capita, tampouco o índice de Gini.

Aparentemente a iniciativa de criação dos campi partiu do Poder Executivo estadual e não encontrou resistência significativa entre os campi originários da UEG, representados no Conselho Universitário por uma maioria esmagadora de professores com vínculo temporário com a instituição, presidido por aliados políticos do governo e atrelado a uma aparente dependência decisória da coalisão política que governava o Estado.

A despeito da descentralização espacial da UEG em 39 municípios e na oferta de cursos, outros elementos tais como quais os cursos serão oferecidos, quantas vagas, em quais turnos, qual projeto curricular a ser desenvolvido, a bibliografia básica, quais formas de ingresso serão adotadas, como serão contratados os docentes, aquisição de acervo, laboratórios, normas de estágio etc., são fortemente centralizados. Essa situação remete às reflexões enunciadas por Max Weber (1982). A categoria *autonomia universitária* exige o entendimento do conceito de burocracia, entendida como forma de controle, mecanização das tarefas administrativas, que no

Estado moderno e democrático, a serviço da expansão dos grupos de interesses, tende ao crescimento e centralização. Isso explica porque os campi são replicadores das decisões propostas pelo nível central e aprovadas no CsU.

Quanto à inserção social da UEG nas localidades do estado de Goiás, os critérios são intrigantes. Alguns dos municípios mais importantes do ponto de vista da densidade populacional e da capacidade socioeconômica deixaram de ser contemplados, ao passo que outros contemplados têm dificuldade até em formar suficientemente egressos do Ensino Médio. Já outras localidades apresentam potencial para oferta de novos cursos, todavia esse assunto tem sido tratado com parcimônia, uma vez que sobre a expansão da UEG, em número de campus e número e tipo de cursos, há um consenso: precisava ser estancada. As iniciativas de reformulação na oferta e graduação provocam reações muito intensas na comunidade.

Na busca de indicadores que pudessem identificar critérios e contribuir para a reflexão acerca dos cursos e graduação a serem oferecidos pela UEG – e quem sabe agregar alguma racionalidade institucional – em sua busca por contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de Goiás, recorri ao agrupamento dos municípios goianos segundo o seu perfil econômico proposto por Romanatto et al. (2015), com base no índice de Valor Agregado (VA) ao PIB. Como resultados, identificamos como a UEG é heterogênea nesse quesito. Alguns campi apresentam boa correlação com o perfil de sua localidade, ao passo que outros nem tomam conhecimento da atividade econômica ou perfil socioeconômico do seu entorno.

A análise efetuada neste capítulo permite concluir que algumas localidades, de tão pequenas, sofrem com a ausência de setores produtivos que gerem emprego e renda e, ainda, há o vazio de aparatos estatais, como hospitais, universidades públicas, quartéis, fóruns etc. A UEG se revela como uma instituição que diminui esse vazio, gerando alguns empregos diretos e formando pessoas que não teriam, na localidade, outra oportunidade de formação. Nesse sentido, a UEG contribui para a democratização do acesso e a inclusão social, visto que sua capilaridade alcança grande parte do território goiano. O que questiono é se esse preenchimento não poderia se dar com maior qualidade acadêmica, garantindo-se, assim, a equidade, mediante a redistribuição do conhecimento e ampliação equitativa das oportunidades propiciadas pela educação superior e com maior pertinência referente aos problemas, às necessidades e às potencialidades do entorno.

A instalação dos campi da UEG, bem como o número de cursos oferecidos, na forma como está, parece concorrer com o conceito de instituição estratégica para o desenvolvimento do estado de Goiás.

## REFERÊNCIAS

ABREU JÚNIOR, N. Universidade multicampi e sua gestão acadêmica: o caso da Universidade Estadual de Goiás. 284 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse Estatística do Ensino Superior: 2015. Brasília: 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> Acesso em: 8 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasil em síntese. 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS (IMB). 2017. Goiás: visão geral. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/visaogeral/index.html>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

ROMANATTO, E. *et al.* Caracterização econômica dos municípios goianos segundo valor adicionado dos setores de atividade. Revista Economia Ensaios, Uberlândia, v. 30, n. 1, p. 113-139, jul./dez. 2015.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alfabetização 5, 1, 10, 242, 276

Altas habilidades 190

Aprendizagem 5, 6, 7, 3, 8, 72, 117, 118, 141, 143, 144, 145, 146, 152, 162, 172, 203, 210, 330, 348, 381, 383

Autismo 1, 2, 3, 8, 278

Avaliação educacional 172

Avaliações em larga escala 162

### C

Concepções 6, 7, 175

Conselhos municipais de educação 200

Criatividade 7, 183, 185, 189, 190

### E

Educação 2, 5, 6, 7, 8, 9, 6, 9, 10, 11, 12, 19, 20, 22, 23, 30, 31, 37, 38, 41, 51, 61, 62, 72, 78, 80, 88, 89, 99, 102, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 145, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 231, 232, 235, 239, 241, 242, 245, 247, 249, 250, 251, 255, 257, 259, 260, 261, 262, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 281, 282, 283, 284, 288, 289, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 303, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 316, 317, 319, 320, 321, 323, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 358, 359, 363, 366, 368, 369, 370, 371, 374, 381, 383, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415

Educação à distância 72

Educação básica 307, 349

Educação especial 176, 182, 273

Educação física 352, 353

Educação infantil 215, 413

Engenharias 21, 23, 26, 27, 28, 29

Ensino 5, 6, 7, 9, 1, 5, 23, 30, 42, 51, 62, 72, 76, 88, 89, 99, 103, 104, 105, 107, 108, 117, 118, 122, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 141, 157, 166, 193, 203, 207, 210, 212, 214, 215, 239, 243, 245, 249, 251, 284, 288, 316, 328, 344, 371, 382, 391, 395, 396, 403, 407

Escola 7, 4, 54, 109, 123, 124, 125, 134, 172, 182, 212, 213, 226, 227, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 261, 282, 296, 297, 306, 307, 311, 316, 319, 321, 322, 403, 415

Escrita pré-silábica 18

Estudantes 6, 89, 111, 141, 142, 162, 245

Etnografia 62

Evasão 5, 23, 25, 26, 27, 30, 31

## **F**

Formação de professores 62

Francês 5, 42, 43, 52

## **I**

IDEB 6, 12, 130, 131, 132, 135, 137, 138

Inclusão 8, 31, 175, 182, 271, 272, 275, 276, 281, 282, 396, 415

## **O**

Observação 154

Oportunidade de aprendizagem

Oralidade 32

## **P**

Pesquisa 2, 5, 8, 9, 20, 31, 32, 41, 61, 62, 80, 87, 118, 139, 166, 168, 169, 182, 201, 210, 267, 269, 270, 283, 331, 354, 363, 376, 381, 383, 413, 414, 415

Pesquisa qualitativa 62, 413

PISA 2012 6, 12, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 153

Práticas pedagógicas 54, 117

Psicogênese da língua escrita 20, 161

## **R**

Reflexividade 6, 80

## **S**

SINAES 88, 89, 91, 93, 97, 99

Superdotação 7, 183, 190, 398

Surdez 54, 398

## **U**

UFAM 6, 11, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99

Universidade 5, 6, 9, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 46, 52, 54, 61, 62, 63, 71, 72, 78, 80, 88, 89, 98, 99, 100, 102, 108, 117, 118, 129, 134, 154, 161, 174, 176, 182, 183, 191, 201, 203, 210, 211, 222, 224, 225, 241, 250, 262, 263, 269, 271, 281, 282, 283, 309, 311, 321, 326, 331, 333, 342, 353, 363, 371, 372, 381, 382, 383, 384, 389, 390, 408, 414, 415

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-592-1

